

DE “MILÍCIAS” E “LAMPIÕES”: LUTAS OPERÁRIAS, SEGURANÇA INDUSTRIAL E PRIVATIZAÇÃO DA REPRESSÃO NO VALE DO PARAÍBA, 1985-1987

RICHARD DE OLIVEIRA MARTINS
Doutorando em História Social (UNICAMP/FAPESP)
o.m.richard@gmail.com

Resumo: Nesta comunicação, discutimos a caracterização veiculada em órgãos de imprensa de grande circulação a respeito das táticas de luta adotadas por trabalhadores metalúrgicos da região do Vale do Paraíba em suas mobilizações de meados da década de 1980, especialmente na greve da General Motors de 1985, em São José dos Campos/SP, em que operários foram acusados de criar “milícias metalúrgicas” e utilizar métodos de “guerrilha” para promover “terrorismo”. Complementarmente, analisamos a atuação de um pequeno empresário do ramo da segurança privada de Jacareí/SP que prestava serviços à General Motors e a outras empresas da região, especializado na arregimentação de policiais e desempregados, informalmente contratados como agentes de segurança nos períodos em que a patronal necessitava ampliar os contingentes responsáveis pela intimidação e pela vigilância sobre os grevistas. Recuperando as tensões entre os trabalhadores fabris e as equipes de “segurança patrimonial” das empresas da região, assim como aspectos das trajetórias de algumas das pessoas diretamente envolvidas nessas disputas, tentamos compreender de que forma se articulava (e como era percebida pelos operários) a rede repressiva instalada no Vale pelo menos desde o início da década de 1980. Finalmente, buscamos avaliar quais os sentidos e efeitos do emprego de um determinado vocabulário político, ainda impregnado de jargões que remetiam à Guerra Fria e à Doutrina de Segurança Nacional, assim como a recorrência de certas dicotomias discursivas, como a distinção entre “marginais” e “trabalhadores”, nas disputas entre capital e trabalho travadas naquele contexto.

I. Introdução: Milícias Metalúrgicas?

Em seu estudo sobre as greves metalúrgicas do ABC em 1978 e a subjetividade operária, Laís Abramo percebe que na fala dos grevistas “está presente algo mais amplo do que uma privação material”, expresso como indignação e inconformismo, cujo “significado político, moral, ético e cultural” se faz necessário indagar. A tese demonstrada pela autora é a de que a experiência daqueles trabalhadores ao final do “milagre econômico” não estava marcada apenas pelo arrocho salarial, pela rotatividade no emprego, pelas intervenções do regime sobre os sindicatos, pela arbitrariedade e o autoritarismo patronal no interior das fábricas. Para além de todos esses indicadores, teria ocorrido *algo mais*: uma verdadeira “dilapidação das energias físicas e psíquicas

dos trabalhadores” manifesta no “desrespeito sistemático aos seus direitos profissionais, cidadãos e humanos”, isto é, na “violentação da sua dignidade”.¹

Essa situação decorria de um regime de relações de trabalho caracterizado por Abramo como um “despotismo fabril”, que tinha como um de seus aspectos mais marcantes um intenso *controle disciplinar*, cujos agentes dentro da empresa eram as chefias e as equipes de segurança.² Nas entrevistas realizadas pela autora com funcionários das montadoras do ABC, a segurança interna das fábricas era recorrentemente descrita com uma “terminologia social e culturalmente carregada de significação negativa e identificada com as formas mais exacerbadas de autoritarismo e violência”, e seus agentes eram comparados a vilões de filmes, livros e histórias em quadrinhos, ou até mesmo aos nazistas: “A gente chama a polícia da Volks de Gestapo”, afirmava em 1978 um operário da multinacional alemã, em entrevista ao jornal *Em Tempo*.³

Pelo seu rápido desenvolvimento industrial durante o regime civil-militar e pelo peculiar interesse a ela dedicado pelos militares, especialmente pela Aeronáutica, a região do Vale do Paraíba parece promissora no que se refere aos estudos sobre a experiência operária no período da chamada “abertura política”. Os altos níveis de vigilância, repressão e criminalização das atividades do operariado organizado na região, promovidos por agentes estatais e privados, despertaram nossa atenção para o problema das permanências institucionais, políticas e culturais do regime civil-militar durante a transição. No âmbito das fábricas, as fronteiras tênues entre a vigilância “patrimonial” e o monitoramento político realizado por equipes de segurança, e em nível mais profundo, a própria associação entre as empresas e o aparelho repressivo estatal indicam a vigência de interesses comuns a ambos os setores, bem como sua

¹ ABRAMO, Laís W. *O Resgate da Dignidade: Greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. pp. 42, 45.

² Principalmente a partir da década de 1980, os serviços de segurança presentes nas fábricas passaram cada vez mais a ser prestados por empresas terceirizadas. Entretanto, a legislação brasileira também prevê a autorização estatal para que empresas e instituições empreguem pessoal de quadro funcional próprio em “atividades de vigilância patrimonial e transporte de valores”, os chamados “serviços orgânicos de segurança”, que, apesar da terceirização, seguem predominando no setor industrial. A primeira legislação brasileira sobre o ramo da segurança privada é um decreto militar de outubro de 1969, e se relaciona diretamente com as atividades da guerrilha urbana, especialmente com o aumento dos assaltos a banco. Cf. CUBAS, Viviane de O. *Segurança Privada: A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. São Paulo: Associação editorial Humanitas: Fapesp, 2005. pp. 77-78, 110-114.

³ ABRAMO, *Op cit.* p. 109.

impermeabilidade às demandas econômicas ou democráticas do operariado, que começam a aparecer de maneira contundente, entre outras formas, sob a dos movimentos grevistas da década de 1980.

Em abril de 1985, após o fracasso das negociações com a patronal durante sua campanha salarial, os metalúrgicos da região de São José dos Campos/SP, maior cidade do Vale do Paraíba Paulista, decidiram ir à greve e soltar a “vaca brava”. A expressão, popular entre os membros da categoria, remetia a um animal que não se deixava domesticar, arisco e agitado, de certa forma metaforizando a determinação e a flexibilidade tática que os metalúrgicos demonstrariam em sua luta por aumentos salariais e pela redução de suas jornadas de trabalho.⁴ Cientes de que a pauta não seria atingida em poucos dias de greve, as lideranças sindicais da categoria optaram por consolidar a mobilização em algumas empresas, “cinco ou seis fábricas onde desse para sustentar parado”, e atuar na maior quantidade possível dos demais estabelecimentos através de piquetes e paralisações temporárias da produção, “parando uma fábrica grande num dia, uma pequena no outro, sem preocupação de mantê-las paradas”. De acordo com um trabalhador, então diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJCR), “Era tática de vaca brava mesmo, só pra prensar os patrões e não deixar nenhum deles sossegado, pra que eles negociassem logo, que era o nosso objetivo”.⁵

Em sua dissertação de mestrado⁶, dedicada às lutas e trajetórias de metalúrgicos de São José dos Campos entre as décadas de 1950 e 1980, Caio César da Silva Guerra fez uma análise cuidadosa das maiores greves deflagradas pela categoria a partir da ascensão do chamado “novo sindicalismo” e da renovação da direção sindical metalúrgica, resultado da formação de uma oposição combativa, no final dos anos 1970.

4 Na General Motors, empresa em que, como veremos adiante, se deu o conflito de maiores proporções daquela campanha salarial, as jornadas de trabalho semanal era de 48h30min. Segundo relatos de trabalhadores da montadora à época, somando-se as horas extras, muitas vezes impostas pelas chefias, a jornada semanal podia facilmente chegar às 60h de duração. Ver *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors de São José dos Campos: a história contada por quem a fez*. Publicação do Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca, sob a responsabilidade do sindicato da categoria. Comissão editorial: Edemir de Paula (Passarinho), Ivo Soares Ferreira, José Carlos da S. Barbosa (Barbosa), Mauro Rodrigues do Prado (Fumaça), Maurício R. Monteiro. Coord. e Montagem do texto: Moacyr Pinto da Silva. São José dos Campos: 1985. p. 69 ss.

5 *Ibid.* p. 90.

6 GUERRA, Caio César da Silva. *“Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro”*: Trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

No âmbito da campanha salarial de 1985, certamente uma das mais intensas e conturbadas do período, quando setores da antiga Oposição Metalúrgica já se encontravam à frente do sindicato, Guerra identificou uma verdadeira contracampanha, conduzida pelo que chamou de uma “aliança empresarial-midiática”, com o objetivo de derrotar as mobilizações e, especialmente, criminalizar os grevistas que haviam ocupado a fábrica da General Motors entre os dias 25 e 27 de abril, no episódio mais emblemático daquela disputa entre trabalhadores e patronal.⁷ Tal como demonstra Guerra, veículos como *O Estado de São Paulo*, a *Folha de São Paulo* e a Rede Globo cumpriram papel fundamental na divulgação da versão empresarial dos fatos, influenciando a opinião pública e construindo um cenário propício para a instauração de processos criminais contra as lideranças da greve:

“Ativistas políticos e não sindicais”, “piqueteiros”, “radicais”, “milícias metalúrgicas” e até mesmo “terroristas”, foram alguns dos termos imputados aos grevistas pelos empresários, visando equipará-los ora a criminosos violentos, ora a esquerdistas infiltrados no movimento sindical que estariam se aproveitando do “momento delicado” vivido pelo país para tentar desestabilizar a ordem e a transição para a democracia no ano I da Nova República.⁸

Para discutir o tema das “milícias metalúrgicas”, retomaremos alguns argumentos de Guerra, que se apoia em fontes operárias e jornalísticas para apresentar duas visões radicalmente distintas do que estava em curso durante as mobilizações dos trabalhadores vale-paraibanos naquele momento. Além de apontar alguns outros aspectos das mesmas fontes com as quais o autor trabalhou, buscaremos, aqui, complementar este quadro, recorrendo a notícias, depoimentos e documentação policial que dão conta da atuação dos serviços privados de segurança na repressão destas greves.

A primeira utilização da expressão “milícias metalúrgicas” para caracterizar a tática de greve empregada pelos metalúrgicos do Vale do Paraíba em 1985 parece ter sido obra de Flávio Néri, jornalista de *O Estado de São Paulo*, em reportagem de 17 de

7 *Ibid.*, pp. 172-5. Tratei das ocupações de fábrica no período, incluindo a experiência na General Motors em 1985, em MARTINS, Richard de Oliveira. “A tática das ocupações de fábrica na década de 1980: greves do setor metalúrgico em São José dos Campos (SP) e Volta Redonda (RJ)”. Trabalho apresentado ao XIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Brasília/DF, 2017.

8 GUERRA, *Op cit.*, pp. 145-6.

abril daquele ano.⁹ Segundo Néri, que teria entrevistado “um sindicalista ligado à Central Única dos Trabalhadores”, a formação das “milícias” teria relação direta com o crescimento dos serviços de segurança particular das empresas, responsáveis por dificultar as panfletagens sindicais e a realização de assembleias nas portas das fábricas.¹⁰ De acordo com a síntese elaborada por Guerra a partir das reportagens sobre o assunto, a “milícia” teria recrutado cerca de trezentos homens para garantir as ações de greve através do recurso à violência:

A primeira ação do grupo teria ocorrido na manhã do dia 16 nas portas da Siderúrgica Fi-El, onde “o piquete foi violento e um dos ônibus chegou a abalroar os carros dos sindicalistas, que tentavam impedir a passagem dos coletivos”. Segundo o jornal [*O Estado de S. Paulo*], cerca de cem homens “dispostos a tudo” barraram diversos ônibus que transportavam os operários ao trabalho e “atritos generalizados” ocorreram com a segurança da empresa, obrigada a recuar devido à desvantagem numérica, abrindo o caminho para que os fornos da siderúrgica fossem desativados.¹¹

Novas reportagens referindo-se às “milícias metalúrgicas” seriam publicadas nos dias 18 e 19 de abril¹², descrevendo novos piquetes em portas de fábricas do ramo metalúrgico. Na ocasião, os operários parecem haver utilizado expedientes de contrainformação, mencionando, em seus panfletos, as fábricas que seriam paralisadas e, em seguida, dirigindo-se a estabelecimentos diferentes dos que haviam sido divulgados, confundindo a patronal e a polícia. Ainda segundo Guerra, as chamadas “milícias” pouco tinham de peculiar em relação a outras ações de greve anteriormente empregadas, na região e em diversos outros lugares, pelas mais variadas categorias de trabalhadores. O que os operários estavam realizando nada mais eram que piquetes,

9 Na principal publicação elaborada por dirigentes sindicais e participantes da mobilização na General Motors, para dar conta da versão dos trabalhadores sobre os acontecimentos de abril de 1985, menciona-se que o autor das reportagens e da expressão, correspondente do “*Estadão*” na cidade, curiosamente, “nunca mais apareceu em nosso sindicato”. *Ação e Razão dos Trabalhadores...*, p. 89.

10 *O Estado de S. Paulo*, 17/4/85, pp. 1, 21.

11 GUERRA, *Op cit.*, pp. 148-9.

12 Segue trecho de depoimento de um operário da General Motors, acerca da utilização da expressão “milícia” para a designação do movimento: “... eu acho que a imprensa não visava os funcionários que tavam lá dentro da GM, ela visava a opinião pública. Sabe qual é o comentário que saiu na televisão, que quando eu cheguei em casa minha esposa explicou pra mim? A imprensa, quando falava em milícia, eles explicavam em detalhes o que é uma milícia. Então, o que é isto? A opinião pública ficou contra os grevistas: ‘Pô, se os caras da GM tão fazendo isto, eles estão fazendo igual os guerrilheiros do...’ Citavam da Nicarágua, citava negócio de outros países, que têm esse sistema de milícia. Então, eu acho que praticamente esse negócio de milícia não foi pra dentro da fábrica, quando eles colocaram isso era visando a opinião pública e não os grevistas”. *Ação e Razão dos Trabalhadores...*, p. 92.

embora com um grau de autonomia (em relação ao sindicato e às assembleias) mais amplo que o comum, decididos “pelos próprios metalúrgicos em greve, formado[s] por poucos membros, com o uso de automóveis e o objetivo de paralisar o trabalho nas fábricas da região sem anúncio prévio e apenas durante algumas horas”.¹³

Estas táticas garantiram o sucesso dos operários de diversas fábricas da região em suas negociações com seus respectivos empregadores. Ao longo do mês de abril, mais de quinze empresas fecharam acordos com o sindicato e, no fim do mês, apenas em três fábricas da base metalúrgica a greve seguia em curso.¹⁴ A General Motors, que como as demais montadoras de automóveis organizadas no chamado Grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e na Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (ANFAVEA), não pretendia fazer concessões a não ser que obtivesse permissão do governo para repassar os custos aos preços dos produtos, tornou-se o bastião da intransigência patronal em São José dos Campos. Como mencionamos, quando a empresa iniciou a retaliação contra a greve, anunciando 93 demissões, os operários decidiram pela ocupação da planta (25 de abril), rapidamente decretada ilegal pela justiça (26 de abril) e encerrada, pelos próprios trabalhadores, após tenso cerco policial à fábrica (27 de abril). Em seguida, a patronal retaliaria de maneira ainda mais intensa, com centenas de demissões e, paralelamente, fomentando a abertura de processos criminais contra trabalhadores identificados pela própria empresa como líderes e agitadores do movimento. Conforme resumimos em outra oportunidade:

Quando a greve de fato se radicalizou com a ocupação, e membros da diretoria da empresa [além de outros funcionários "mensalistas", categoria que incluía gerentes, supervisores e empregados do setor administrativo do estabelecimento – por oposição aos "horistas", os operários] foram impedidos de sair da fábrica paralisada (algo que, vale lembrar, já havia ocorrido [na própria General Motors, em ocupação anterior da fábrica] em 1984) os operários foram comparados a “sequestradores” pela mídia. As barricadas montadas pelos metalúrgicos durante a ocupação para impedir uma eventual reintegração de posse, por sua vez, foram caracterizadas como dano ao patrimônio, alegação que se tornou peça importante para justificar a repressão patronal e a criminalização sofrida pelos grevistas na sequência.¹⁵

13 *Ibid.*, p. 149, 152.

14 *Ibid.*, p. 158, n. 487. Para um panorama da campanha salarial de 1985, ver os “Comunicados de Greve” dos metalúrgicos de São José dos Campos e Região. Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, Fundo DIEESE, Pasta J/3293.

15 MARTINS, *Op cit.*, p. 11. Para uma análise das entrevistas concedidas por alguns dos funcionários “mensalistas” impedidos de abandonar a fábrica no dia 26 de abril, os chamados “refêns” dos operários, ver GUERRA, *Op cit.*, pp. 174-7. Estas entrevistas, assim como os depoimentos prestados

Entre os 33 processados, acusados por crimes como sabotagem, invasão de estabelecimento industrial, constrangimento ilegal, sequestro e cárcere privado¹⁶, se encontrava o baiano Ediberto Bernardo dos Santos, apelidado “Hiena”, trabalhador da General Motors desde 1982. Alijado do mercado formal de trabalho, Ediberto desenvolveria intensa militância na segunda metade da década de 1980, atuando em múltiplas esferas: junto ao Sindicato dos Metalúrgicos (mesmo durante o período imediatamente posterior à sua demissão), no Partido dos Trabalhadores e, principalmente, organizando o movimento de luta por moradia na cidade de Jacareí, onde residia.¹⁷ Nesse sentido, poderíamos compará-lo com muitos outros trabalhadores militantes que, naquele período de intensas lutas sindicais e políticas, faziam dessas atividades um dos pilares de suas vidas. Mas, como veremos, a marcante personalidade e a trajetória algo trágica de “Hiena”, sem dúvida, destacam-no desse esteriótipo.

II. Um “Lampião Caído”: peripécias e descaminhos de um demitido político

Uma das estratégias mais viáveis para ampliar nossa compreensão sobre o conjunto dos trabalhadores que tomaram parte nas lutas operárias no Vale do Paraíba em meados da década de 1980 é a busca por personagens cujas trajetórias não sejam tão facilmente passíveis de identificação com a da entidade que os representava. Os militantes da Convergência Socialista, corrente petista que participou da formação de uma Oposição Metalúrgica na região a partir de 1979 e que ocupava cargos na direção do sindicato eleita em 1984, por exemplo, evidentemente representam uma minoria no

por mensalistas durante o inquérito policial foram a base dos processos criminais contra 31 trabalhadores da General Motors e 2 membros do sindicato da categoria, coletivamente referidos como os “33 da GM”. Propus uma interpretação acerca das estratégias empregadas na criminalização destes trabalhadores em MARTINS, Richard. “Grevismo e Repressão Judicial: Brasil, Anos 1980”. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio. Niterói/RJ, 2018.

16 O conteúdo das acusações, bem como uma argumentação que afirma sua improcedência jurídica, podem ser vistos nas “Alegações Finais” (da defesa dos “33 da GM”), reproduzidas em HORTA, Celso. *A Greve da GM*. São Paulo: Página Aberta, 1993. pp. 113-186. A listagem dos artigos do Código Penal supostamente infringidos pelos acusados se encontra à p. 119.

17 Ediberto “Hiena”, hoje já falecido, foi biografado ainda em vida por Moacyr Pinto da Silva, que além de ter dado a redação final de *Ação e Razão dos Trabalhadores...*, também foi um dos “33 da GM”, processado por, supostamente, ser um dos mentores intelectuais da ocupação, já que, à época, era assessor do Sindicato dos Metalúrgicos. A biografia de “Hiena”, contendo transcrições de trechos de entrevistas concedidas por Ediberto ao autor, é a principal fonte das informações que reproduzimos a seguir. Sobre a militância política e social de Ediberto no período posterior à greve da GM, Cf. SILVA, Moacyr Pinto. *Hiena – minha revolta não se vende*. São José dos Campos: Mogiana, 2010, pp. 52-5.

conjunto de trabalhadores do setor, uma vez que estavam orientados por uma concepção específica acerca da importância estratégica da militância metalúrgica, e frequentemente buscavam inserção no setor já enquanto membros da organização.¹⁸ Essa experiência é muito particular em relação à de grande parte dos metalúrgicos do Vale do Paraíba, frequentemente vindos de pequenas cidades paulistas ou de outros estados (especialmente Minas Gerais), com baixa qualificação, sem experiência sindical prévia, ingressando no setor principalmente através de indicações de familiares e amigos.¹⁹

Ediberto Bernardo dos Santos, o “Hiena”, metalúrgico que protagoniza a narrativa organizada por Moacyr P. Silva, talvez represente um caso limítrofe. Vindo da Bahia em 1979, passou pela Volkswagen de São Bernardo do Campo onde tomou parte do movimento paredista daquele ano, criando referência em Lula, no sindicato metalúrgico e, posteriormente, no Partido dos Trabalhadores e na CUT. Já no Vale do Paraíba, assim que ingressou na GM, em dezembro de 1982, filiou-se ao SMSJCR, cuja carteirinha ostentava com orgulho. Os parentes de Luísa, sua companheira à época, viram a filiação de Hiena à entidade com maus olhos, advertindo-o do risco de demissão que esse simples gesto podia ocasionar. Hiena, entretanto, não se preocupava com esse perigo (“*A mesma porta que eu entrei eu saio!*”²⁰), e participou ativamente da greve de 1984. Aproximando-se cada vez mais da vida sindical, ingressaria na CIPA e na Comissão de Fábrica da GM no decorrer daquele ano, alcançando estabilidade no emprego – o que não impediria sua demissão por justa causa no ano seguinte, após a greve com ocupação de fábrica em abril.

Hiena filiou-se ao PT na segunda metade dos anos de 1980, e foi candidato a vereador pela legenda em 1988. Por seu papel de destaque nas lutas da GM e pela relação próxima que construiu com a diretoria do sindicato naqueles processos, chegou a fazer parte dos quadros da entidade entre 1987 e 1990, enquanto coordenador da sub-sede de Jacareí, município em que residia e onde participava do movimento popular por

18 Analisamos depoimentos de militantes da referida organização, que impulsionaram a construção da Oposição Metalúrgica e tomaram parte nas lutas operárias e sindicais em São José dos Campos, em MARTINS, Richard de Oliveira. “A memória da repressão em depoimentos de ativistas metalúrgicos: Vale do Paraíba/SP, 1979-1985”. *Anais do XII Encontro Regional Sudeste de História Oral*. Belo Horizonte/MG, 2017.

19 Sobre o tema, ver MEDEIROS, Mônica. X. Bom mesmo é ser metalúrgico: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos –SP. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

20 SILVA, Moacyr Pinto. *Op cit.* p. 40.

moradia. Entretanto, de acordo com Silva, Ediberto considerava que, em certos momentos, seus próprios companheiros de partido e sindicato haviam preferido se afastar dele, fosse por considerarem que sua luta por moradia era, além de algo “quixotesca”, “puramente assistencialista”,²¹ fosse porque temessem associar a polêmica figura pública de Hiena às organizações das quais ele participava.²² Além de negro e nordestino, Ediberto era um dos “33 da GM”, que, como vimos, haviam sido altamente estigmatizados pela imprensa. Para completar este quadro, naquele período, Hiena teve constantes atritos com a polícia, com o poder público e com serviços de segurança privados – acompanharemos um desses episódios com mais detalhes na próxima seção. A título de exemplo, merece reprodução um dos casos narrados por seu biógrafo, ocorrido durante a campanha presidencial de 1989:

Ediberto estava em todas e não tinha e nem dava sossego para as autoridades policiais de Jacareí naquele período. Até num jocoso caso de remessa certa de alguns ovos no peito do então candidato a Presidente da República Fernando Collor de Melo, em 1989, ele acabou se envolvendo, fato que acabou lhe rendendo inclusive um espaço no noticiário nacional.

Nesse último episódio, Hiena acabou contando com o apoio da PM paulista, que salvou a sua vida, o resgatando, de metralhadoras em punho, das mãos da equipe particular de segurança do candidato, // que estava literalmente querendo linchá-lo. Ato contínuo, a mesma equipe da PM o levou para a Delegacia de Polícia de Jacareí, onde o Delegado de plantão o manteve sob tutela por aproximadamente três horas e depois, rindo muito, acabou lhe dizendo: - *Você não tem jeito mesmo. Fica aí, se a caravana (do candidato) não vier registrar queixa eu te solto!*²³

Se, nesse momento, considerado por seu biógrafo como o auge de sua militância, “como havia acontecido com o lendário lampião na Região Nordeste do país, Hiena marcou presença na história de Jacareí, de um lado fazendo alianças e conquistando corações e mentes e de outro tendo sempre que enfrentar o ódio e a força dos que se lhe opunham de maneira incansável”²⁴, sua trajetória teria uma guinada de contornos dramáticos no início da década de 1990. Desempregado e isolado da militância – havia rompido com a direção do SMSJCR em 1991, acusando-a de negligência na defesa

21 *Ibid.*, pp. 54, 79.

22 “...um grupo de companheiros do PT de Jacareí defendeu a não manutenção de seu nome na direção do Partido na cidade, durante um processo interno de renovação da mesma, por causa do seu envolvimento no processo dos 33 da GM. Para esses petistas de Jacareí, a sua inclusão poderia *queimar o filme* da sigla na cidade.” *Ibid.*, p. 78.

23 *Ibid.*, pp. 69-70.

24 *Ibid.*, p. 75. Grifo meu.

jurídica dos trabalhadores processados pela greve da GM de 1985 – decide participar com três amigos (um deles, também ex-metalúrgico da GM) de um assalto, sem quaisquer fins políticos; preso pelo crime, cumpriria sete anos de pena em regime fechado. Ediberto, “*agora não mais o Lampião*”²⁵, se desfilou do PT após deixar a prisão, e não voltaria a se envolver com os movimentos sindical e popular. Contudo, seria anistiado em 2008, junto a outros dos “33 da GM”, como consequência do caráter político de sua demissão, recebendo indenização e um pedido oficial de desculpas da parte do Estado.

As nuances e particularidades que podem ser identificadas em trajetórias como a de Hiena iluminam os traços mais regulares e gerais da perseguição sofrida por muitos trabalhadores ao se aproximarem do movimento operário, inclusive por aqueles que não eram militantes ou dirigentes sindicais, categorias mais facilmente taxadas como “subversivas” pela repressão. No caso de Hiena, não parece demasiado afirmar que sua demissão política, paradoxalmente, deve tê-lo aproximado ainda mais da vida sindical (embora, posteriormente, também tenha motivado sua ruptura com a direção do sindicato) e política. Contudo, ao se ver estigmatizado e afastado, tanto do mercado de trabalho quanto das organizações operárias e populares, fez a opção pelo crime. Algo que, para seus detratores, seria apenas a confirmação de que se tratava de um “bandido” ou um “mau caráter” e não um trabalhador – e que, nessa perspectiva, talvez reforçasse a tese das “milícias metalúrgicas” – pode também ser lido de forma radicalmente contrária, como consequência extrema de uma demissão política, das mazelas que a acompanharam e dos obstáculos à solidariedade operária impostos pela repressão.

Na seção seguinte, acompanharemos uma personagem que teve contato direto com Hiena, em seu período de militância, mas que se encontrava do outro lado das barricadas, por assim dizer. Muito embora suas práticas infringissem as leis com frequência, tratava-se de alguém benquisto por autoridades e poderosos. À época em que Ediberto era, para seu biógrafo, “um Lampião”, Akira Ohta, o vigilante, era chamado por outro operário de um “Lampião ao contrário”.

III. Um “Lampião ao contrário”: o mercado informal da segurança privada a serviço da repressão

25 *Ibid.* Grifo meu.

Em nossa pesquisa de doutorado, enquanto buscávamos junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP) documentação sobre as mobilizações operárias da década de 1980 no Vale do Paraíba, encontramos uma série de documentos que dão conta da atuação dos *serviços de segurança privada* das empresas da região na repressão a estes movimentos. Dentre eles, destacaremos aqui alguns papéis que permitem a reconstrução de aspectos de um importante caso de tensão envolvendo seguranças, ativistas, empresas e políticos da região. Trata-se, essencialmente, de uma compilação de declarações, emitidas no ano de 1987 por empresas e instituições públicas da região, que fazem referência a Akira Ohta, vigilante e pequeno empresário do ramo de segurança da cidade de Jacareí, cujos serviços eram frequentemente contratados por grandes estabelecimentos industriais da área quando ocorriam greves e manifestações de trabalhadores.²⁶

Os documentos, ao que parece, solicitados pela Polícia Militar de Jacareí ou pelo próprio Akira junto às autoridades e aos estabelecimentos para os quais havia prestado “relevantes serviços”, visavam atestar a idoneidade do vigilante e ampará-lo em relação às acusações que lhe faziam então sindicalistas e ativistas da região. Dentre as declarações de empresas, destaca-se a da General Motors, emitida ainda em 1985 (demonstrando que, dois anos antes das denúncias que mencionaremos adiante, Akira já se precavia contra os questionamentos à natureza de seu trabalho) e assinada por Bruno Fiori Capelli, gerente de pessoal da multinacional em São José dos Campos, em que se especifica que a contratação da “Equipe de Segurança do Sr. Akira Ohta” se deu após a “greve de 28 dias” (abril-maio de 1985), e que a ação de Akira e seus empregados visava a “garantia ao direito de os funcionários entrarem para cumprir seus horários normais de trabalho” – em outras palavras, acabar com a referida greve. Capelli acrescenta ainda:

Os componentes da Equipe, cerca de vinte homens especialmente treinados, mantiveram-se desarmados, mas atentos, com bastante disposição, demonstrando moderação e equilíbrio emocional. No primeiro dia, frente ao tumulto ocorrido com a invasão de ex-empregados ativistas, souberam agir,

26 Delegacia de Polícia (Civil) de Jacareí/SP. Ofício nº 577/M/87-pjf, de 23 de setembro de 1987. AESP, Fundo DCS, Dossiê 17-2-36-217, Pasta 5.

energicamente, sem violência, tendo sido valiosa sua contribuição, na retirada das referidas pessoas.²⁷

Se a declaração do representante da GM, louvando as ações repressivas de Akira e seus funcionários sobre os grevistas da empresa, pode estar relacionada às denúncias veiculadas na imprensa local, ainda em 1985, quanto à violência empregada pela patronal para desbaratar as mobilizações operárias²⁸, o Ofício da delegacia de Jacareí e a recompilação dos “atestados de bons serviços” de Akira parecem responder a reportagens de teor semelhante, publicadas em jornais de circulação local, em março, e novamente, com maior visibilidade, no *Jornal do Brasil*, em setembro. A edição de 6/9/1987 desse periódico apresentou uma matéria de página inteira, assinada por Ricardo Kotsche, com o seguinte título: “‘Bando do Akira’ protege empresas no Vale do Paraíba”. Pela reportagem, ficamos sabendo que o empresariado local continuava recorrendo à contratação de equipes adicionais de segurança para a repressão de movimentos grevistas:

Como havia acontecido em fevereiro, durante uma greve de duas semanas ocorrida na Malharia Nossa Senhora da Conceição, em Jacareí, os homens de Akira não se limitaram a zelar pelo patrimônio da empresa, mas teriam obrigado os 3 mil funcionários da Ericsson de São José dos Campos a retomar a produção após uma paralisação de 18 dias, iniciada a 6 de agosto, segundo a denúncia encaminhada ao presidente José Sarney [pelos sindicatos da região, encabeçados pelo SMSJCR, então presidido por José Luiz Gonçalves].²⁹

A reportagem de Ricardo Kotsche ilumina a relação de proximidade e confiança que parecia existir entre Akira Ohta e a polícia em Jacareí. Na descrição da denúncia, vemos aparecer outra vez Ediberto Bernardo dos Santos, o “Hiena” - e podemos notar, de passagem, que um dos argumentos mencionados pelo delegado de Jacareí para deslegitimar o denunciante é exatamente o de que ele havia sido um dos processados pela ocupação da General Motors em 1985:

... o delegado Reis Ramalho faz a defesa de Akira (“Sabemos ser o mesmo vigilante autônomo e não temos notícias de irregularidades perpetradas pelo mesmo em seus serviços”) e ataca o autor das denúncias, Ediberto Bernardo Santos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, lembrando que ele é um dos 33

27 “Declaração” de Bruno Fiori Capelli, Gerente da Administração de Pessoal da General Motors do Brasil S. A. São José dos Campos, 24 de junho de 1985. *Ibid.*

28 Cf., por exemplo, “Indústrias criando milícias”. *ValeParaibano*, 13 de abril de 1985, p. 3. É digno de nota que o mesmo vocábulo que se utilizaria, poucos dias depois, em *O Estado de S. Paulo* para descrever a atuação dos piqueteiros metalúrgicos seja aqui empregado para referir-se ao pessoal empregado pelas empresas para reprimir os trabalhadores.

29 *Jornal do Brasil*, 6 de setembro de 1987. p. 14.

sindicalistas indiciados pela ocupação da fábrica da GM há dois anos. Qualificado pelo delegado de “hiena” e acusado de ter sido preso por porte de maconha durante a greve na Malharia Nossa Senhora da Conceição, Ediberto diz que não poderia esperar outra coisa: “O delegado é o chefe da máfia em Jacareí. O bando do Akira, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Guarda Municipal trabalham juntos, é tudo uma coisa só. O Akira e a PM me prenderam porque eu era do comando de greve e a maconha apareceu na delegacia, foi tudo armado”.³⁰

A matéria de Kotsche sobre a atuação de Akira e seu “bando” na região traz muitas informações interessantes, das quais, em razão do limitado espaço, apenas algumas serão mencionadas aqui. De acordo com o texto veiculado no *Jornal do Brasil*, a “original empresa de segurança” de Akira não possuía “registro nem endereço”, e recrutava seus empregados informais entre policiais militares e desempregados. “Faixa preta de judô e caratê o robusto Akira, que nunca dispensa seu boné de jogador de beisebol e a companhia de dois capangas”, conduziria ele mesmo o recrutamento, realizado “em frente a uma agência bancária na esquina mais movimentada do Centro de Jacareí”:

“Com uniformes de vigilantes ou a paisana, os homens de Akira estão em toda parte e não só dentro das fábricas em épocas de greve. Eles fazem segurança em agências bancárias, clubes, supermercados, condomínios fechados — e é mais fácil encontrar um deles do que policiais propriamente ditos em Jacareí”.³¹

Como se nota, a área de atuação da “empresa de segurança” de Akira era abrangente. O bom trânsito do vigilante empreendedor, não somente junto às empresas instaladas no Vale do Paraíba, mas também entre a polícia e os políticos da região³², favorecia o desenvolvimento de suas atividades, beneficiado ainda pela disponibilidade de força de trabalho para estes “bicos” (como se costumava chamar este tipo de trabalho temporário sem vínculos formais, geralmente pago por diária ou por empreitada).

“Além de policiais militares nas suas folgas, Akira dá serviço a quem o procura sem pedir referências nem fazer perguntas. O delegado Reis Ramalho diz nada saber sobre marginais a serviço de Akira, mas o vereador João Bosco, do PC do B de São José dos Campos, assegura: ‘Esse grupo é formado por

30 *Ibid.*

31 *Ibid.*

32 Entre os papéis que mencionam Akira, há relatórios policiais, declarações da General Motors e do Hospital Alvorada de Jacareí, de um banco, dois juízes e até mesmo do prefeito da cidade, atestando a idoneidade e os bons serviços prestados pelo vigilante. Cf. AESP, Fundo DCS, Dossiê 17-2-36-217, Pasta 5.

traficantes, ex-presidiários e outros tipos de marginais que andam armados com cassetetes, revólveres, soco inglês, correntes e algemas. E são sempre chamados por empresas da região para intimidarem os trabalhadores que lutam por melhores salários’.³³

A distinção entre “trabalhadores” e “marginais”, reproduzida na fala de João Bosco, conquanto configurasse parte das estratégias discursivas empregadas, neste caso, por representantes de organizações operárias (mas, até mais frequentemente, também contra elas, como vimos no caso das “milícias metalúrgicas”), parece muito frágil para enquadrar muitos casos concretos. Seguramente, entre os seguranças contratados por Akira Ohta havia trabalhadores que, por diversas razões, não haviam conseguido obter ou manter empregos formais, e malgrado a aparente notoriedade do vigilante, é muito provável que entre seus funcionários estivessem muitas pessoas que desconhecessem ou simplesmente não empregassem os métodos violentos alegadamente utilizados por Akira. Nesse sentido, o relato de Pedro Pereira, sindicalista ativo na Central Única dos Trabalhadores, entrevistado por Kotsche, evidencia o amplo potencial de recrutamento do chamado “bando”, bem como as contradições colocadas para quem tomasse parte em suas atividades:

No final do ano passado [1986], lembra o dirigente sindical, estava desempregado – assegura – sem saber os métodos de Akira, foi trabalhar para ele como segurança do Clube Elvira, o mais tradicional de Jacaref. Lá ele conheceu o “quarto do Akira”, uma espécie de chiqueirinho onde eram espancados os penetras apanhados pelos seguranças. Pereira diz que estava pensando em pedir as contas quando presenciou, sem querer, “uma cena terrível” em fevereiro. “Eu estava saindo do clube de bicicleta a uma hora da madrugada quando vi uns moleques correndo e gritando. O carro do Akira estava com as portas abertas. Ele estava com uma pistola calibre 7.65 e os dois capangas armados de revólveres 38. O alemão, chefe dos seguranças dele, jogou um menino algemado no banco de trás do Chevette do Akira. O menino gritava para não matarem ele, por favor, e o Akira respondia: ‘Você vai para a delegacia’. Fiquei com medo e não fui mais trabalhar para ele’.³⁴

O recurso à intimidação e a constrangimentos ilegais de diversos tipos, que parece ter dado a tônica das atividades do empreendimento de Ohta, certamente repercutia mais quando estava direcionado às organizações de trabalhadores, como nos casos das greves na Ericson e na Malharia Nossa Senhora da Conceição, descritos na reportagem. Mas é possível que estes não tenham sido os episódios mais extremos de

33 *Jornal do Brasil*, 6 de setembro de 1987. p. 14.

34 *Ibid.*

violência do “bando”. O próprio Akira, à época, respondia por tentativa de homicídio contra Milton Cassiano de Assis, alvejado com cinco tiros, mas negava a intenção de matá-lo – segundo o vigilante, tratara-se apenas de um “arrocho”. Em meados da década de 1980, Akira era certamente considerado por muitos sindicalistas da região como um inimigo público. José Galdino Ribeiro, nascido em Natal/RN, eletricitista de manutenção da General Motors e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, definia então o vigilante como “um Lampião ao contrário, um explorador que ganha dinheiro à custa do seu próprio bando, batendo no pequeno para proteger o grande”.³⁵

Contudo, tanto a reportagem de Kotsche quanto a documentação sobre Ohta presente no Arquivo do Estado de São Paulo atestam que o empreendedor do ramo da segurança contava com a boa vontade dos poderosos da região. Nos relatórios policiais sobre Akira, nenhuma menção é feita à informalidade de sua empresa – até mesmo a irregularidade da sua condição de vigilante, detectada pela própria polícia, é tratada com razoável conivência: “Informamos ainda que o Sr. Akira Ohta é Vigilante Noturno devidamente credenciado pelo DARE sob o Nº 03.504, estando providenciando a renovação da mesma, por encontrar-se vencida.”³⁶ Em outro ofício, em resposta a uma demanda da CUT-Regional de São José dos Campos, solicitando “providências no sentido de garantir ao Líderes [do] Sindicato garantia de vida, liberdade de expressão e liberdade de ir e vir”, o delegado da Polícia Civil de Jacareí contesta sumariamente a relevância da alegação da entidade quanto à ocorrência de ameaças telefônicas contra seus dirigentes, por tratar-se “de fato subjetivo, não havendo qualquer representação, ao menos com indicação de suspeitos”. Sobre as denúncias contra Akira e seu “bando”, especificamente, o delegado é, ora evasivo, ora contundente:

Com relação aos fatos relacionados a MALHARIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, que dá origem a celeuma, ter contratado seguranças particulares para vigiarem internamente suas instalações, entre os quais AKIRA OHTA, *nada temos contra tal medida* e com respeito a eventuais soldados trabalharem nesse mistér, em horas de folga, lado a lado aqueles, entendemos que tais fatos, se reais, devem ser investigados pela Polícia Militar do Estado.³⁷
(...)

35 *Ibid.*

36 Ofício nº 577/M/87-pjf. 23 de setembro de 1987. AESP, Fundo DCS, Dossiê 17-2-36-217, Pasta 5.

37 Informação GS. 13339/87. Despacho nº 22/87, 18 de abril de 1987. fls. 1-2. AESP, Fundo DCS, Dossiê 17-2-36-217, Pasta 5. Grifo meu.

Com respeito ao Senhor AKIRA OHTA, sabemos ser o mesmo vigilante autônomo e não temos notícias de irregularidades perpetradas pelo mesmo em seus serviços. Ao que consta as vezes o mesmo trabalha com outros colegas e não fiscalizamos a ação de policiais militares a paisana, quando em horas de folga.

O "Bando do Akira", *sómente é acusado por elementos da CUT. Regional de S.J. dos Campos, que não suportam vê-los fazendo segurança nas firmas em greve, como já sucedera anteriormente na própria GM – General Motors do Brasil – de S. José dos Campos.*³⁸

Diante do exposto, e a título de conclusão provisória, achamos que é possível complementar a caracterização proposta por Guerra a respeito da conformação de uma “aliança empresarial-midiática” para combater o ascenso do movimento operário no Vale do Paraíba dos anos 1980. As análises que temos desenvolvido acerca da configuração e do funcionamento dessa teia repressiva apontam consistentemente para a participação de policiais civis e militares, bem como de membros (ativos e reformados) das Forças Armadas, seja na troca de informações, seja na execução, seja ainda na legitimação de tais práticas, de modo que seria razoável apontar que se tratou de uma aliança empresarial-policial-midiática, ou mais precisamente, empresarial-estatal-midiática. Em meio às diversas táticas empregadas – nem sempre de maneira coordenada, mas invariavelmente confluentes em seus objetivos – pelos membros desta aliança para desarticular e estabelecer limites à atuação operária, esteve o recurso a serviços informais de “segurança patrimonial” que atuaram como força patronal de intimidação. O que, para o movimento operário, manifestava-se como mais vigilância e mais violência, era uma oportunidade de negócio para alguns, e de demonstrações de afinidades e complacência, para outros.

Resta dizer que o uso de termos como “milícia” e “bando” pelo jornalismo da época para referir-se a fenômenos como os piquetes de greve, por um lado, e a atuação repressiva altamente informal de um grupo do ramo da vigilância, por outro, alia o sensacionalismo, recorrente na imprensa brasileira, a um imaginário de época ainda bastante influenciado pelo contexto de conflitividade armada em escala internacional, mais intenso nas décadas de 1960 e 1970 e todavia em voga na de 1980. Contudo, se, para o fenômeno das “indústrias criando milícias” ou para o chamado “bando do Akira”, a atenção da imprensa foi bastante pontual, mais sistemático foi o tratamento conferido aos grevistas, quase sempre tomados por radicais. Ao passo em que serviam ao

38 *Ibid.*, fl. 4. Grifos meus. Respeitamos a grafia do original.

propósito de desfigurar e deslegitimar as práticas e formas de organização adotadas pelos trabalhadores perante a opinião pública, as frequentes comparações ou alusões a “sequestros”, “milícias” e “guerrilhas” parecem ainda ter contribuído para a justificação do crescente empenho repressivo patronal, mas careciam de credibilidade. Os conflitos da região do Vale do Paraíba em meados da década de 1980, embora providos de importantes dimensões políticas, eram bastante mais prosaicos e nada tinham a ver com os modelos da luta armada e do terrorismo político. Expressavam, contudo, o acirramento das lutas de classes na região e o choque de estratégias operárias e patronais frequentemente antagônicas, em que parecem haver coexistido o planejamento e o improvisado.

Bibliografia

ABRAMO, Laís W. *O Resgate da Dignidade: Greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

CUBAS, Viviane de O. *Segurança Privada: A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. São Paulo: Associação editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

FUNDO DE GREVE dos Metalúrgicos de São José dos Campos. *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors de São José dos Campos: a história contada por quem a fez*. Comissão editorial: Edemir de Paula (Passarinho), Ivo Soares Ferreira, José Carlos da S. Barbosa (Barbosa), Mauro Rodrigues do Prado (Fumaça), Maurício R. Monteiro. Coord. e Montagem do texto: Moacyr Pinto da Silva. São José dos Campos: 1985.

GUERRA, Caio César da Silva. *“Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro”*: Trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

HORTA, Celso. *A Greve da GM*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

MARTINS, Richard de Oliveira. “A tática das ocupações de fábrica na década de 1980: greves do setor metalúrgico em São José dos Campos (SP) e Volta Redonda (RJ)”. Trabalho apresentado ao XIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Brasília/DF, 2017.

_____. “A memória da repressão em depoimentos de ativistas metalúrgicos: Vale do Paraíba/SP, 1979-1985”. *Anais do XII Encontro Regional Sudeste de História Oral*. Belo Horizonte/MG, 2017.

_____. “Greivismo e Repressão Judicial: Brasil, Anos 1980”. *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio*. Niterói/RJ, 2018.

MEDEIROS, Mônica. X. Bom mesmo é ser metalúrgico: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos –SP. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SILVA, Moacyr Pinto. *Hiena – minha revolta não se vende*. São José dos Campos: Mogiana, 2010.